

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.096 - AL (2014/0327807-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : JURISCRED - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO  
MÚTUO DOS SERVIDORES E MEMBROS DO PODER  
JUDICIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE ÓRGÃOS  
JURÍDICOS EM ALAGOAS  
**ADVOGADOS** : MARIO JORGE TENORIO FORTES JUNIOR - AL007157  
DAVID ARAÚJO PADILHA E OUTRO(S) - AL009005  
RAFAEL GOMES ALEXANDRE - AL010222  
**INTERES.** : MOTTA E SOARES ADVOCACIA E CONSULTORIA S/C

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 569/570):

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IOF. NÃO  
INCIDÊNCIA SOBRE ATOS DE COOPERATIVA.  
RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. HONORÁRIOS  
ADVOCATÍCIOS.*

- 1. A controvérsia reside em determinar se é legítima ou não a incidência do IOF sobre os atos praticados por sociedade cooperativa.*
- 2. A Constituição Federal confere ao ato cooperativo tratamento tributário diferenciado e adequado, a ser discriminado mediante lei complementar, nos termos do art. 146, III, "c". Por outro lado, assegura o art. 174, § 2º, do texto constitucional, que "a lei apoiara e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo".*
- 3. A parte Autora caracteriza-se como Sociedade Cooperativa de Crédito, cujo objeto social visa ao desenvolvimento da prestação de serviços de crédito, de modo a proporcionar assistência financeira e fomentar o cooperativismo entre os associados. Ou seja, o seu objeto social constitui justamente na prestação de serviços financeiros aos seus associados, conforme expressamente autorizado no art. 31 da Resolução nº 3.442/07 do Banco Central do Brasil. Ausência de qualquer viés financeiro.*
- 4. Neste toar, os atos estritamente cooperativos não se enquadram dentre as situações fáticas definidas em lei que ensejam o fato gerador da obrigação tributária de pagar o IOF, sobretudo porque tal incidência infringe a sistemática almejada*

# Superior Tribunal de Justiça

pela Constituição Federal ao prever a necessidade de que o ato cooperativo obtenha tratamento diferenciado pela ordem jurídica.

5. Em outras palavras, não se trata de concessão de imunidade tributária ou de isenção às cooperativas de crédito, conforme afirmado pela Fazenda Nacional, mas sim, de hipótese de não-incidência tributária.

6. Direito à Repetição de Indébito dos valores recolhidos no período de 2008 até 15 janeiro de 2010, a título de IOF incidente exclusivamente sobre os atos cooperativos.

7. Toante aos honorários advocatícios sucumbenciais, em homenagem ao princípio constitucional e processual da equidade, merece acolhida o inconformismo manifestado no sentido de configurar importância ínfima a de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em causa cujo valor atribuído foi de R\$ 294.782,95. Inteligência do art. 20, § 4º, do CPC.

8. Honorários que merecem ser majorados para R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), cifra que se revela mais compatível com o trabalho desenvolvido pelo representante legal da parte vencedora na causa.

9. Apelação da Fazenda Nacional e Remessa Necessária improvidas. Apelação de Motta & Soares Advocacia e Consultoria provida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 589/594).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 63, I, 64, I, e 66 da Lei 5.143/66; 176 e 111, I, do CTN; 4º do DL 1.783/80; 3º, I e III, da Lei 8.894/94; e 8º, § 5º, do Decreto 6.306/2007. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; (II) "Não existe, portanto, nenhuma dúvida no tocante a sujeição passiva das cooperativas de crédito em relação ao IOF, não há que se falar em ato cooperativo típico do art. 79 da Lei 5.764/71 que o exclua da incidência deste imposto, pois este dispositivo legal não prevê nenhuma isenção de tributo, e como se sabe a isenção deve ser prevista em lei e interpretada literalmente, sob pena de ofensa ao disposto nos arts. 176, caput, e 111, I, ambos do CTN" (fl. 609).

Contrarrazões apresentadas às fls. 625/645, postulando o desprovimento do especial.

## É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A pretensão recursal merece acolhida pelo art. 535 do CPC/73.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos da jurisprudência tranquila do STJ, "*O inciso II do art. 475 do CPC é cristalino ao estabelecer que está sujeita ao reexame necessário a sentença de procedência, no todo ou em parte, dos embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública*" (AgRg no AREsp 766.072/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 5/2/2016).

Por outro lado, também é assente o entendimento de que "*O amplo efeito devolutivo da remessa necessária conjura o princípio **tantum devolutum quantum appellatum** uma vez que não limita o conhecimento do Tribunal a quo à matéria efetivamente impugnada no recurso de apelação pelo ente público*" (EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1108636/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 23/11/2010, DJe 1º/12/2010).

No caso, a parte recorrente, nas razões dos embargos de declaração, suscitou pronunciamento da Corte Estadual sobre o fato de que "*nenhuma dúvida no tocante à sujeição passiva das cooperativas de crédito em relação ao IOF, não há que se falar em ato cooperativo típico do art. 79 da Lei 5.767/71 que o exclua da incidência deste imposto, pois este dispositivo legal não prevê nenhuma isenção de tributo, e como se sabe a isenção deve ser prevista em lei e interpretada literalmente*" (fls. 280/281).

O Tribunal a quo, todavia, rejeitou os embargos de declaração, ao fundamento de que "*o julgador não está adstrito aos argumentos levantados pelas partes*" (fl. 275). Ao assim proceder, incorreu em franca violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento ao recurso especial por violação do art. 535 do CPC/73, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos aludidos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator